



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**RECURSO ESPECIAL Nº 1859712 - SP (2020/0021391-2)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**RECORRENTE : UNIAO NACIONAL DOS CONSUMIDORES E PROPRIETARIOS DE VEICULOS - UNICOON**  
**ADVOGADOS : GUSTAVO SILVA MACEDO - MG077161**  
**FERNANDO ROCHA SARUBI - MG131537**  
**IVAN MACEDO DE ARAUJO - MG129316**  
**RECORRIDO : ALMIR DA SILVA SOUZA**  
**ADVOGADO : Gerson Luiz de Moura Neto - SP220284**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC. NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DIVERGÊNCIA. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. NÃO PREQUESTIONAMENTO DA QUESTÃO DIVERGENTE. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ.

1. Ação de reparação por danos morais e materiais
2. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489, § 1º, do CPC/15.
3. A ausência de prequestionamento de dispositivos de lei indicados como violados pelo Tribunal de origem, impede o conhecimento do recurso especial. Incidência da Súmula 211/STJ.
4. O dissídio jurisprudencial deve ser demonstrado por meio do cotejo analítico entre julgados que possuem a mesma similitude fática.
5. A ausência de prequestionamento do tema divergente impede o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional.
6. A falta de indicação do dispositivo sobre o qual se teria dado interpretação divergente, importa no não conhecimento do recurso especial.
7. O reexame de fatos e provas não é permitido na via especial.
8. Recurso especial não conhecido.

### **DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por UNIÃO NACIONAL DOS CONSUMIDORES E PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS - UNICOON, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Recurso especial interposto em: 03/09/2019**

**Concluso ao gabinete em: 05/02/2020**

**Ação:** de indenização por danos materiais e morais ajuizada por ALMIR DA SILVA SOUZA, em face da recorrente, na qual requer o pagamento de indenização securitária em razão do furto de seu veículo, bem como de danos morais, devido a imputação ao recorrido de que ele estaria aplicando o chamado golpe do seguro.

**Sentença:** homologou a desistência do recorrido em relação ao pedido de indenização do seguro, nos termos do art. 493 do CPC; e julgou procedente a ação, condenando a recorrente ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); e das despesas processuais e honorários advocatícios.

**Acórdão:** negou provimento ao recurso de apelação da recorrente, nos termos da seguinte ementa:

*APELAÇÃO - CONTRATO DE PROTEÇÃO VEICULAR/SEGURO - DANO MATERIAL - PERDA DO OBJETO - LOCALIZAÇÃO E RESTITUIÇÃO DO VEÍCULO - DANO MORAL - DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR - TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA - PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.*

*1. Localização e devolução do veículo no curso do processo, que constitui a perda do objeto aos danos materiais, face a aceitação do autor.*

*2. Pelo princípio da causalidade a requerida deve arcar com a totalidade das custas e despesas processuais.*

*3. Dano moral configurado - Valor da indenização arbitrado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigido do arbitramento pela Tabela do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação considerando que se trata de obrigação contratual - artigo 405 do CC. Não houve pedido de majoração.*

*RECURSO IMPROVIDO (e-STJ fl. 203).*

**Embargos de Declaração:** opostos pela recorrente, foram rejeitados (e-STJ fls. 256/260 (e-STJ)).

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 90, § 1º, 485, §4º e 489, § 1º, III e IV, do CPC; 186, 927 e 944 do CPC, bem como dissídio jurisprudencial, defendendo as seguintes teses: *i)* não enfrentamento das questões deduzidas pela recorrente; *ii)* matéria de nulidade apontada nos embargos de declaração opostos contra a sentença não apreciada pelo Tribunal de origem; *iii)* ausência de anuência do recorrente, quanto à desistência do recorrido acerca dos danos materiais; *iv)* necessidade de redistribuir de maneira

proporcional as custas processuais e os honorários advocatícios, devido à desistência do recorrido; e v) não cabimento dos danos morais, pois o mero descumprimento contratual não gera danos indenizáveis.

## **RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**- *Julgamento:*** aplicação do CPC/2015.

### **- *Da violação dos arts. 489, § 1º, III e IV, do CPC/2015***

Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado suficientemente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação dos arts. 489, § 1º, III e IV, do CPC.

### **- *Da ausência de prequestionamento***

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 90, § 1º, 485, §4º do CPC e arts. 186, 927 e 944 do CPC, bem como das teses defendidas pela recorrente para demonstrar a vulneração de tais dispositivos, apesar da oposição de embargos de declaração, restando ausente o devido prequestionamento. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

### **- *Da divergência jurisprudencial***

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 1029, §1º do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente, qual seja, de que o mero descumprimento contratual não enseja a indenização por danos morais, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgRg no AREsp 353947/SC, 3ª Turma, DJe de 31/03/2014 e EDcl no Ag 1162355/MG, 4ª Turma, DJe de 03/09/2013.

A falta de indicação do dispositivo legal sobre o qual recai a

divergência inviabiliza a análise do dissídio. Aplicação da Súmula 284/STF. Nesse sentido: AgRg no REsp 1579618/PR, 3ª Turma, DJe de 01/07/2016; AgRg no RESP 1283930/SC, 4ª Turma, DJe de 14/06/2016; e, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Corte Especial, DJe de 17/03/2014.

**- Do reexame de fatos e provas**

No mais, ainda que assim não fosse, tem-se que alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à configuração do dano moral indenizável exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Sumula 7/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 15% sobre o valor da condenação (e-STJ fls. 208) para 17%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora